

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS



OS DESAFIOS PARA UM AMBIENTE SAUDÁVEL

ANGOLA

O vale da abundância,
a seca extrema e a fome

ATIVISMO

Indivíduos em risco que
precisam da nossa voz

CAMPANHA

Junte-se a nós pela
proteção das crianças



06

Justiça para o planeta e para as pessoas



14

Algumas histórias, direitos humanos, ativismo, poesia...



12

Apelos Mundiais



16

Angola: O vale da abundância, a seca extrema e a fome



22

Indivíduos em risco: pessoas como nós que precisam da nossa voz



24

Boas Notícias



27

Rostos de Ativismo



Foto de capa:
© Jan Kopriva

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:

Direção - Paulo Fontes

Coordenação - Vítor Hugo Carmo

Grafismo - Paulo Tavares

Paginação - César Rodrigues

Colaboram neste número:

Miguel Ferreira

Revisão: José Alexandre Silva e Guilherme Malaquias

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



CONTACTOS

Amnistia Internacional Portugal

Rua dos Remolares, 7 - 2.º

1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt

revista@amnistia.pt



www.amnistia.pt



facebook.com/amnistiapt



twitter.com/AmnistiaPT



instagram.com/amnistiapt

EDITORIAL

VÍTOR HUGO CARMO

Coordenador Editorial

Um ambiente limpo e saudável para todos!

Apesar da convergência que levou à adoção do Acordo de Paris em 2015, os esforços dos Estados no combate às alterações climáticas continuam muito abaixo daquilo que seria necessário de forma a evitar os impactos mais devastadores para os ecossistemas e a humanidade. A cada dia que passa, esses esforços insuficientes agudizam o impacto que as alterações climáticas têm nos direitos humanos, mas ainda há a esperança num ambiente limpo e saudável.

O cenário que se apresenta no Ambiente, não sendo positivo, revela, no entanto, que há um caminho realista e exequível para a descarbonização, para a salvaguarda dos direitos das pessoas deslocizadas em virtude das alterações climáticas, entre muitos outros. Realidades que, nesta edição, detalhamos com o reconhecimento de que a emergência climática é também uma crise de direitos humanos, mas que pode alargar o espectro de pessoas inspiradas a fazer campanha por uma resposta justa e rápida para combater as alterações climáticas.

Na sequência do trabalho de investigação que a Amnistia Internacional tem vindo a realizar no sul de Angola, traçamos o perfil dos efeitos

das alterações climáticas num país que está a viver uma crise alimentar, sem que as pessoas tenham assistência ou compensação do governo. Os desequilíbrios ambientais, tal como a usurpação de terras que agravam a situação de fome, já obrigaram milhares de pessoas a deslocarem-se, o que nos leva a apontar soluções e a pedir medidas concretas às autoridades para a resolução deste problema, nomeadamente ao governo de Angola e à comunidade internacional.

É também sobre os indivíduos em risco por todo o mundo que damos o exemplo do trabalho do Grupo 19 de Sintra, que, ao longo de 35 anos, contribuiu para que vários defensores dos direitos humanos fossem libertados, alguns deles chegando a visitar o grupo e a secção portuguesa da Amnistia Internacional, dando continuidade à relação criada.

Damos ainda voz aos nossos membros e apoiantes com a estreia da rubrica “Rostos do Ativismo”, enaltecendo o envolvimento da Amnistia Internacional com o movimento português, ativamente dedicado às causas dos direitos humanos.

Boas leituras com a esperança de um planeta harmonioso!



CALENDÁRIO DE ATIVISMO

MAIO

18

Aniversário da **Amnistia Internacional Portugal**

28

Aniversário da **Amnistia Internacional**

JUNHO

20

Dia Mundial do **Refugiado**

26

Dia Internacional de **Apoio às Vítimas de Tortura**





© Çağlar Oskay / Unsplash

Aquando do sismo que abalou a Turquia e a Síria, a 6 de fevereiro de 2023, já cerca de quatro milhões de pessoas (residentes e deslocados internos) no noroeste do território sírio viviam sob condições de miséria, com pouco acesso a cuidados de saúde. Centenas de edifícios desmoronaram-se em bairros devastados por mais de uma década de guerra. A imensa destruição, associada a uma crise económica aguda e a um inverno rigoroso, está a dificultar a prestação de ajuda humanitária.

Desde agosto de 2022, o governo sírio tem imposto um bloqueio a civis em áreas predominantemente curdas na região norte de Aleppo, obstruindo o seu acesso a combustível e outros bens essenciais. Em julho de 2022, a Amnistia Internacional publicou um relatório, no qual detalhou como milhões de deslocados no noroeste da Síria se encontram a viver em campos em condições extremas e deploráveis. A sua sobrevivência depende inteiramente da ajuda internacional.

JUSTIÇA PARA O PLANETA E PARA AS PESSOAS

A emergência climática é uma crise de direitos humanos de proporções sem precedentes. As alterações climáticas ameaçam o exercício dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais das gerações presentes e futuras e, em última análise, o futuro da humanidade. O planeta e a humanidade sofrem e o tempo de agir não pode ficar para trás, para que seja possível viver num ambiente limpo e saudável, uma vida com o suporte de uma adequada justiça climática.



Quando os impactos relacionados com as alterações climáticas atingem um país ou uma comunidade, os efeitos que daí resultam podem prejudicar o gozo do direito a uma vida com dignidade, colocar em risco uma série de liberdades e, em muitos casos, até colocar em risco a sobrevivência cultural de povos inteiros.

Por todo o planeta estão a sentir-se os efeitos das alterações climáticas, que advêm, sobretudo, do aquecimento global. Ao nível atual de 1,1°C da temperatura acima dos níveis pré-industriais, já estamos a assistir a impactos devastadores, tais como ondas de calor e incêndios florestais sem precedentes, tempestades tropicais de alta intensidade e secas extremas. Estes acontecimentos, aos quais se juntam os impactos de manifestação lenta das alterações climáticas, como, por exemplo, a subida do nível do mar, afetam gravemente o gozo dos direitos humanos de milhões de pessoas, incluindo os direitos à vida, à água, à alimentação, à habitação, à saúde, ao saneamento, ao trabalho, ao desenvolvimento, ao ambiente saudável, à cultura, à autodeterminação, bem como o direito a viver livre de discriminação e tratamento cruel, desumano e degradante, entre outros.

Tem sido evidente como se nega às pessoas o gozo destes direitos devido às alterações climáticas, e quais são as ameaças futuras. Por exemplo, cerca de 6.300 pessoas morreram na sequência do tufão Haiyan nas Filipinas, em 2013, e quase 4 milhões foram afetadas pelos ciclones de 2019, em Moçambique, Malawi e Zimbabué - incluindo pessoas que perderam a vida - ficando, devido a terem sido deslocadas, sem acesso a escolas, hospitais e saneamento. De acordo com o Centro de Monitorização de Deslocados Internos, entre 2008 e 2018, em média, 20,88 milhões de pessoas foram deslocadas internamente

devido a acontecimentos relacionados com o clima.

O Programa Alimentar Mundial prevê também que as alterações climáticas possam levar a um aumento de 20% nos níveis de fome e subnutrição a nível mundial até 2050. Um aumento de 2°C na temperatura global levaria a que mais de mil milhões de pessoas sofressem de uma grave redução dos recursos hídricos.

Os cientistas confirmaram que é crucial que o aquecimento global seja mantido dentro de 1,5°C. O Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC, do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*), por exemplo, estimou que manter o aumento da temperatura média global a 1,5°C poderia – em comparação com 2°C – resultar em menos 420 milhões de pessoas frequentemente expostas a ondas de calor extremas, reduzir o número de pessoas expostas ao stress hídrico induzido pelo clima em 50% e reduzir o risco de inundações costeiras até 80% para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O limite de 1,5°C ainda pode ser atingido, mas são necessárias medidas urgentes e abrangentes e a janela de ação está a fechar-se rapidamente. Quando as emissões de carbono forem reduzidas a zero, os Estados terão de estabelecer um limite ainda mais baixo para a temperatura média global, que reduza ainda mais os impactos nocivos sobre os direitos humanos a que assistimos, mesmo com a temperatura média global atual.

DESCARBONIZAÇÃO É A GRANDE PRIORIDADE

A queima de combustíveis fósseis tais como carvão, petróleo e gás é a maior fonte de emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) em quase todos os setores económicos, sendo responsável por mais de 70% das emissões globais de GEE. Apesar



da urgência da crise climática e dos compromissos assumidos pelos Estados no âmbito do Acordo de Paris (2015), as emissões de carbono provenientes da utilização de combustíveis fósseis continuaram a crescer cerca de 1% ao ano entre 2010 e 2018. As emissões foram ligeiramente superiores em 2019 em comparação com 2018 e diminuíram 5,8% em 2020 devido às consequências da pandemia da COVID-19. A Agência Internacional de Energia projetava um crescimento de 4,8% em 2021, naquele que poderá ser o segundo maior aumento anual da história. As emissões totais de dióxido de carbono (CO2) são agora 62% mais elevadas do que as emissões na altura em que as negociações climáticas internacionais tiveram início, em 1990.

A Amnistia Internacional defende, a nível global, a necessidade de se acabar imediatamente com os subsídios aos combustíveis fósseis e proibir, na lei e na prática, novos investimentos para expandir a exploração, extração e produção de combustíveis fósseis, incluindo o desenvolvimento de novas infraestruturas, e o desmantelamento da produção existente de combustíveis fósseis dentro de qualquer território.

SALVAGUARDAR OS DIREITOS DAS PESSOAS DESLOCADAS E EM RISCO DE DESLOCAÇÃO

Os impactos da crise climática já constituem um importante motor da mobilidade humana. Prevê-se que o número de pessoas em movimento

dentro ou para além das fronteiras nacionais aumente à medida que o tempo e os acontecimentos climáticos, tanto os que ocorrem de forma rápida como os que ocorrem de forma lenta, vão sendo exacerbados pelas alterações climáticas e países inteiros ou partes de países se tornam inabitáveis.

A Amnistia Internacional considera que os Estados devem cumprir as suas obrigações em matéria de direitos humanos através da adoção e implementação de políticas e medidas relativas à mobilidade humana no contexto das alterações climáticas e das catástrofes, implementando legislação que vise reduzir a probabilidade e extensão da deslocação relacionada com o clima,



tanto a nível interno como além-fronteiras. Além disso, devem cumprir as suas obrigações ao abrigo do direito internacional em relação aos direitos das pessoas deslocadas internamente e assegurar que estes são refletidos nas leis e políticas nacionais, e melhorar percursos migratórios seguros e regulares que respeitem, promovam e realizem os direitos humanos, incluindo os direitos laborais, de acordo com o direito internacional, e proporcionem um vasto leque de oportunidades de mobilidade, tais como vistos de trabalho e vistos para fins educativos ou por vínculos familiares.

INJUSTIÇAS ENRAIZADAS

Embora as alterações climáticas sejam um problema global que afeta a todos, estas afetam desproporcionadamente indivíduos e grupos que já estão sujeitos a múltiplas formas de discriminação ou que são marginalizados em consequência de desigualdades estruturais, práticas enraizadas ou políticas oficiais que distribuem injustamente recursos, poder e privilégios. Por exemplo, as mulheres são frequentemente confinadas a papéis e empregos que as tornam mais dependentes dos recursos naturais e deparam-se com barreiras no acesso a recursos financeiros ou técnicos, tendo, por isso, menos capacidade de adaptação às alterações climáticas. Os povos indígenas estão entre os grupos que mais sofrem com os impactos climáticos e as pessoas com deficiência correm maior risco durante os desastres climáticos do que as pessoas sem deficiência e as suas necessidades e vozes são geralmente negligenciadas nas estratégias de redução do risco de catástrofes. As alterações climáticas afetam estes grupos, bem como outras pessoas marginalizadas com base no género, classe, casta, raça e estatuto de minoria, deficiência, idade e estatuto de migração.

AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E OS CONFLITOS

Os efeitos das alterações climáticas e da degradação ambiental são sentidos mais duramente pelas comunidades que já são afetadas pelos conflitos e pelas suas consequências. O conflito armado enfraquece as instituições governamentais e a sua capacidade de resposta a catástrofes e de fazer face às alterações climáticas e à degradação ambiental. Também enfraquece a sua capacidade de tomar medidas preventivas para proteger as pessoas de catástrofes e deslocamentos. O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) estimou, em 2020, que, dos 20 países mais vulneráveis às alterações climáticas, a maioria estava em guerra.

A cooperação em torno dos recursos ambientais pode prevenir conflitos ou formar um caminho para a resolução de conflitos. Em outras ocasiões, os conflitos sobre os recursos naturais locais podem tornar-se violentos. Os recursos naturais podem ser uma causa de conflito e também oferecer incentivos e financiamento aos combatentes, o que leva a uma ampliação da intensidade e duração dos combates.

É de realçar também que, a competição por recursos, exacerbada pelo aumento das temperaturas e precipitação variável contribui, juntamente com outros fatores, para a violência entre criadores de gado e agricultores na Nigéria e em todo o Sahele.

À medida que as pressões relacionadas com a escassez de recursos se intensificam, as dimensões ambientais dos conflitos armados aumentarão em visibilidade e importância. Os riscos de os conflitos a nível local se transformarem em violência mais generalizada irão aumentar. Reduzir as formas como a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental alimentam os conflitos armados exige que se limite a extensão do aquecimento global.



O conflito armado enfraquece as instituições governamentais e a sua capacidade de resposta a catástrofes e de fazer face às alterações climáticas e à degradação ambiental.

AS PRIORIDADES PARA PORTUGAL

A descarbonização é também a grande prioridade a nível nacional, num país em que o peso das energias renováveis representava, segundo o último Relatório do Estado do Ambiente, 33,9% no consumo final bruto de energia. O país está também a apostar fortemente na energia solar e eólica flutuante para aumentar esta percentagem. Em 2030, a ambição é chegar aos 47%, segundo o Plano Nacional de Energia e Clima. De salientar que o país já conseguiu reduzir as emissões de GEE em 32,5%, entre 2005 e 2021, o que está em linha com o objetivo europeu de reduzir as emissões em 55% até 2030 e atingir a neutralidade carbónica em 2050. No caso da energia solar, apesar do aumento da produção renovável a partir desta tecnologia na ordem dos 47%, em 2022, esta representa apenas 5,8% da produção total de eletricidade em Portugal, estando a ganhar um protagonismo crescente. Porém, o verdadeiro desafio chega agora, pois chegamos ao ponto em que será necessário descarbonizar os setores mais difíceis, nomeadamente os transportes e indústria.

No final de 2022, o Relator Especial das Nações Unidas para o Ambiente e os Direitos Humanos, David R. Boyd, percorreu Portugal para elaborar um Relatório sobre os impactos da crise climática que o país está a sofrer e deixa registadas dezenas de recomendações ao Governo e empresas para alterar leis e políticas.

O relator considerou que Portugal tem um quadro legal muito forte para a proteção dos direitos humanos e do ambiente e que “merece crédito pela liderança relacionada com o encerramento das centrais elétricas a carvão e a garantia do acesso à água potável segura”, mas releva que o mesmo não se verifica na “redução das emissões dos veículos a motor, no



investimento na eficiência energética, no acelerar da geração de energia renovável, no fortalecimento dos padrões de qualidade do ar, nem na mudança para uma economia circular”.

David R. Boyd sublinhou no relatório que Portugal é, “entre os países do hemisfério norte, um dos mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, à erosão costeira e aos eventos climáticos extremos”, revelando que alguns dos desafios para o governo português são “a redução da poluição atmosférica, a gestão dos resíduos e a efetiva implementação de leis e políticas ambientais”.

O relatório descreve Portugal como “entre os mais desiguais na Europa em termos de distribuição de riqueza, com 16,2% da população a viver abaixo do limiar da pobreza, em 2019, realidade que a pandemia da Covid-19 aumentou”. O efeito da degradação ambiental entre os mais jovens foi também avaliado pelo relator especial: “Mais de 15% da população portuguesa tem menos de 19 anos e esse é o grupo etário mais vulnerável no que

respeita à crise ambiental. Que tem um efeito mais dramático na saúde e no crescimento saudável das crianças com menos de cinco anos, mais suscetíveis à poluição atmosférica e às substâncias tóxicas, do que os adultos”.

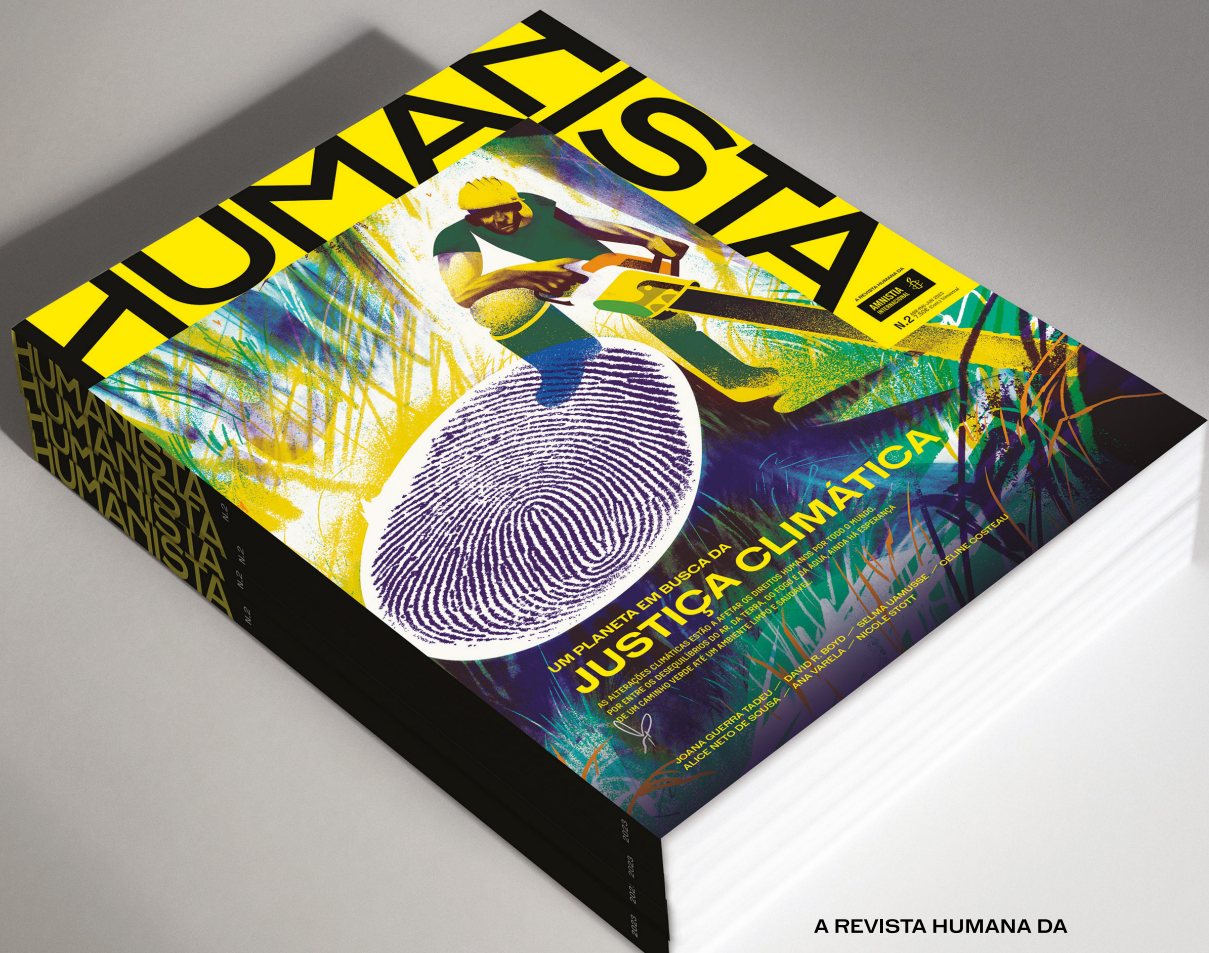
A falta de água é também um dos elementos que causa preocupação ao relator especial, já que “diminui e coloca em risco a produção agrícola do olival e do vinho, bem como os setores da pesca, menosprezando o direito à alimentação”. “Grandes áreas do interior do país, em particular nas regiões como as do Algarve e do Alentejo, são propensas à desertificação devido às alterações climáticas e a uma prática agrícola não sustentável”.

Relativamente aos incêndios, as altas temperaturas conjugadas com as secas aumentam a duração da época dos fogos, efeito que David R. Boyd observou em visita à Serra da Estrela, recordando os impactos negativos que os incêndios continuam a ter na habitação, infraestruturas, propriedades, comunidades, ecossistemas, equilíbrio florestal e na poluição da atmosfera”.

HUMANISTA TODO O ANO

10% DESCONTO
PARA MEMBROS
E APOIANTES / **27€**

RECEBA 4 EDIÇÕES DA REVISTA EM SUA CASA.
FAÇA A SUA ASSINATURA AQUI:
WWW.AMNISTIA.PT/HUMANISTA



A REVISTA HUMANA DA



**AMNISTIA
INTERNACIONAL**





© DR



IRÃO

JUSTIÇA PARA A FAMÍLIA AFKARI!

A vida da família Afkari sofreu alterações dramáticas. Em 2016, 2017 e 2018, Vahid e os irmãos, Navid e Habib, participaram nas manifestações pacíficas que decorreram na cidade de Shiraz, no Irão. No dia 17 de setembro de 2018, Vahid e Navid foram detidos em casa por terem participado nessas manifestações. Três meses mais tarde, também Habib foi detido.

No seguimento de um conjunto de acusações infundadas, Vahid e Navid foram condenados no âmbito de um caso que envolvia a morte de um agente de segurança. Navid foi injustamente condenado à pena de morte, e Habib e Vahid a mais de 30 anos atrás das grades e a 74 chicotadas cada um. No dia 12 de setembro de 2020, Navid Afkari foi executado em segredo e, no seguimento de uma intensa campanha global pela sua libertação, Habib Afkari foi libertado em março de 2022, após 550 dias em regime de solitária. No entanto, desde setembro de 2020 que Vahid permanece detido.

Junto o seu apelo dirigido ao responsável pelo poder judicial no Irão e exija a libertação imediata de Vahid Afkari, e a retirada de todas as acusações.

PARTICIPE

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/vahid-afkari/

© AFP / Getty Images



AFEGANISTÃO

FIM ÀS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Não só as autoridades Talibãs – de facto – não cumpriram a sua promessa de protegerem os direitos das pessoas afegãs, em particular os direitos das mulheres, como retomaram o ciclo de violência e cometeram vários abusos e violações de direitos humanos com total impunidade.

No espaço de um ano, desmantelaram de forma sistemática instituições fundamentais para a proteção dos direitos humanos e suprimiram os direitos à liberdade de expressão, associação e a um julgamento justo, entre outros. Os direitos fundamentais das mulheres e raparigas desapareceram e milhares de afegãos foram arbitrariamente detidos, torturados, vítimas de desaparecimentos e até mortos. Jornalistas, ativistas, defensores de direitos humanos, artistas, académicos e minorias étnicas e religiosas encontram-se particularmente em risco.

À medida que as pessoas no país continuam a fazer frente a estas ameaças e abusos, é mais importante do que nunca que saibam que não estão sozinhas e que, juntos, iremos continuar a defender o seu direito a viverem em liberdade, dignidade e igualdade.

Junte o seu nome a um apelo que exige às autoridades talibãs o fim imediato das violações dos direitos humanos que decorrem no Afeganistão.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/afeganistao-direitos-humanos/



TURQUIA

FAMILIARES DE DESAPARECIDOS DEVEM SER RESPEITADOS, NÃO ATACADOS!

A 25 de agosto de 2018, a polícia em Istambul usou gás lacrimogéneo e canhões de água para dispersar uma manifestação pacífica de centenas de pessoas que exigiam saber o paradeiro dos seus familiares, vítimas de desaparecimentos forçados na Turquia, nas décadas de 80 e 90. O grupo, maioritariamente composto por mulheres, algumas nos seus 80 anos, ficou conhecido como “Mães de Sábado”.

Desde 1995 que as Mães, outros familiares e muitos apoiantes, têm organizado vigílias pacíficas semanais, na Praça de Galatasaray, em Istambul, exigindo justiça para os seus familiares. No dia 25 de agosto de 2018 organizaram a sua 700ª vigília e dezenas de pessoas foram detidas, tendo 46 delas – incluindo familiares das vítimas – sido injustamente acusadas de participarem numa “manifestação ilegal”, ao abrigo da Lei sobre Reuniões e Manifestações. O seu julgamento injusto continua até hoje, tal como a proibição de manifestações na Praça de Galatasaray.

Junta-se ao apelo para que as vigílias possam de novo ocorrer em segurança, sem restrições ilegais, intimidação ou ameaças e que seja implementada uma investigação efetiva, independente, imparcial e rigorosa aos desaparecimentos forçados.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/maes-de-sabado/



PERÚ

FIM À VIOLÊNCIA CONTRA MANIFESTANTES

O Peru atravessa atualmente um período de violência iniciado com o anúncio da dissolução do Congresso – por parte do Presidente Castillo – a 7 de dezembro de 2022. Os eventos seguintes foram preponderantes para a situação crítica que se vive hoje: o Tribunal Constitucional e o Congresso rejeitaram a decisão, Castillo foi preso nesse dia, a Vice-presidente na altura, Dina Boluarte, foi designada como Presidente e reconhecida como tal por todas as autoridades.

Rapidamente as pessoas ocuparam as ruas para manifestarem o seu descontentamento. No dia 16 de dezembro, dois dias após o Estado peruano ter declarado o estado de emergência face à crise política, o número de pessoas mortas tinha aumentado para 17. Com o início do novo ano, milhares de pessoas voltaram novamente a sair às ruas no Peru e a repressão estatal intensificou-se desde então. A 9 de janeiro, pelo menos 18 pessoas foram mortas e dezenas de outras foram feridas durante os protestos na cidade de Juliaca. Ao longo dos vários dias de dezembro e já em 2023, fontes oficiais indicam a morte de, pelo menos, 40 pessoas.

Junte o seu nome a esta petição dirigida à Presidente do Peru, Dina Boluarte, apelando a que as forças de segurança peruanas priorizem a procura de uma resolução pacífica para a atual situação e evitem o uso da força de forma contrária às normas internacionais.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine *online* em:

www.amnistia.pt/peticao/fim-violencia-peru/

ALGUMAS HISTÓRIAS, DIREITOS HUMANOS, ATIVISMO, POESIA...

Sophia de Mello Breyner dizia que ser poeta era poder escutar e interpretar aquilo que a natureza nos diz, ter a capacidade de ouvir o que está por trás do sopro do vento. Talvez para isso, seja necessário aquilo a que se chamaria de “espírito livre”, na mesma acepção que Nietzsche descreve para se poder pensar sobre determinados assuntos que lidam com as nossas emoções mais primárias. É interessante pensar que para se ser ativista *latu sensu* da Amnistia Internacional, talvez seja necessário o mesmo “espírito livre”, sem receios de nos entregarmos à justiça da causa que são os Direitos Humanos, tantas vezes de corpo e alma, alguns de nós (sim, porque aqueles que o fazem longe de onde estamos são também eles parte do que somos, se pensarmos na universalidade desta causa e na universalidade do Ser-Humano) arriscando a própria liberdade e até, tantas vezes, a vida. Se se pensar a fundo, quantas serão as causas que justificam esta entrega e abnegação? Ainda que não se encontrem respostas taxativas, parece que a verdade é que não serão assim tantas.

O caminho para o entendimento desta causa como comum foi longo e sinuoso, feito de avanços e recuos e ainda que hoje não possamos declarar que existe uma clara afirmação transversal do modelo de Direitos Humanos, pelo menos podemos colocar em relevância que há uma maior

estabilidade nos seus normativos, o que culmina na possibilidade de um pensamento mais estruturado sobre esta ideia de direitos que pertencem a qualquer pessoa independentemente de qualquer circunstância que a componha ou rodeie, assim como possibilita a consciencialização, que leva à mobilização e à pressão sobre governos, Estados, órgãos de poder ou decisórios, empresa, entre outros. Quem somos senão os impulsionadores desta mobilização e os congregadores desta pressão? No fundo é esse o nosso “trabalho”, a tempo inteiro, sem folgas, sem férias, em qualquer momento do nosso dia a dia, porque a mudança gera-se no quotidiano, nos gestos, nas palavras, no que escutamos e interpretamos na natureza, tal como há muito nos explica Bob Dylan, “A resposta, meu amigo, é soprada no vento”. Cabe-nos estar atentos a cada pergunta que nos é feita por quem viola os nossos direitos mais fundamentais, para poder responder-lhes com as melhores palavras que a natureza nos oferece, para que mais do que ativistas, sejamos poetas dos Direitos Humanos.

Mas somos ainda mais do que impulsionadores e congregadores, somos quem traz dentro as vozes de todos e todas que estiveram antes, sacrificando-se por um ideal que hoje nos parece tão óbvio ainda que tão por cumprir. Todas essas pessoas habitam-nos e mais do que herdeiros das suas causas, somos eco na eternidade





© Lara Jameson on Pexels

daquilo que imaginaram para que o nosso planeta fosse um lugar mais amigável para todos e todas que nele habitam. Para isso precisamos de coragem, sabendo que o medo é uma mão que tantas vezes nos bate à porta, mas que não a abriremos, pelo menos enquanto estivermos unidos e unidas.

Atribui-se a seguinte história a Albert Einstein, quando lecionava na universidade, um dia numa aula, sem nada dizer, começou a escrever no quadro multiplicações de nove, $9 \times 1 = 9$, $9 \times 2 = 18$, $9 \times 3 = 27$ e por aí fora, até que escreveu, $9 \times 10 = 91$, o que gerou uma gargalhada geral dos alunos. Einstein terá questionado por que se riam, ao que responderam que havia um erro na multiplicação de nove por dez. Einstein retorquiu que nas nove vezes que acertou ninguém o aplaudiu, mas na única que errou souberam apontar-lhe essa falha, o que é algo comum, mas injusto, até porque por ali ficava provado que para errar é preciso fazer e para fazer é preciso ter coragem, até para se saber que se pode eventualmente errar. E é desta coragem que também somos feitos, a de fazer! Fazemos porque entendemos que a ação é melhor do que a indiferença! Fazemos porque compreendemos que se não fizermos compactuamos com o que outros fazem. Expomo-nos ao erro, porque sabemos que o maior erro de todos é simplesmente nada fazer. A coragem exige compromisso e esse compromisso é mais fácil quando o conseguimos em



A coragem exige compromisso e esse compromisso é mais fácil quando o conseguimos em conjunto.

conjunto. Seremos também nós uma “família” mais forte se nos aplaudirmos mutuamente, em vez de nos criticarmos pelos nossos erros. Coragem também é isso, estar ao lado dos outros e saber abraçá-los nas diferenças. Coragem também é isso, a atitude de escuta ao que a natureza nos transmite. Seremos poetas à solta, na expressão de Agostinho da Silva, é caminharmos em conjunto em nome de algo que está muito para lá das individualidades, do tempo e do espaço. E mesmo em momentos de dúvidas, iluminemo-nos com o verso do cantor brasileiro Criolo, “As pessoas não são más, elas só estão perdidas”, na música *Ainda há tempo*. Que seja forte a nossa convicção de que a nossa tarefa é de extrema importância e nunca nos deixemos desmotivar por qualquer argumento que coloque esta afirmação em causa. E dir-se-ia, sim! Ainda há tempo! Apesar de tudo, ainda há tempo para tanto do que ainda falta! E nós, membros, apoiantes, ativistas, equipa, órgãos sociais da Amnistia Internacional, acreditamos firmemente que ainda há tempo, mesmo quando parece que há coisas que deviam ser para ontem. Porque quando elas já estiverem no presente, continuarão a ecoar nos outros, dentro dos quais nós seremos as vozes que os habitam. Aqui, nós, Direção, aplaudimos a vossa coragem e queremos convosco continuar a escutar o que a natureza nos diz, para que, em conjunto, possamos ser os “poetas à solta” que o mundo tanto precisa!



O vale da abundância, a seca extrema e a fome

As populações no sul de Angola sentem já atualmente os efeitos das alterações climáticas que, aliadas à usurpação de terras, agravam a situação de fome, obrigando milhares de pessoas a fugir e provocando até vítimas mortais.

Em Angola, em especial no território onde ficam as três províncias mais a sul do país – Cunene, Huíla e Namibe –, o clima é seco, semiárido, as planícies longas e não são raros os rasgos daquilo que foram já rios, por onde a água passou. Agora, já não passa.

A criação de gado é o meio de subsistência tradicional e, por isso, as populações são chamadas de pastoralistas. A região é conhecida como a “região leiteira” de Angola, porque estas comunidades sempre viveram da criação de gado, bem como da colheita, processamento e consumo de leite e dos seus derivados (gordura, iogurte e queijo).

Nesta região assiste-se também a um quadro gritante de pobreza, desigualdade e desemprego. Com estes três fatores agravantes, a

insegurança alimentar e a fome entre as comunidades pastoralistas são agora uma constante. De acordo com a Agência Nacional de Estatística de Angola, na província da Huíla, que inclui os Gambos, 44 por cento das crianças menores de cinco anos apresentam um quadro de subnutrição crónica.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E USURPAÇÃO DE TERRAS: A CONVERGÊNCIA PARA A CRISE HUMANITÁRIA

Desde há séculos que, apesar de a região ser propensa a secas cíclicas, as populações conseguiram atenuar os seus impactos através de práticas milenares, aliando a prática pastorícia em pastagens comunitárias com a transumância. As comunidades adaptavam-se ao meio e podiam respeitar os seus ciclos.

A adaptação das comunidades aos ciclos de seca tem sido colocada em causa por dois fatores confluentes. Em primeiro lugar, a potenciação dos efeitos de seca extrema pelas alterações climáticas. Esta situação de seca tem sido cada vez mais longa, e tem-se agravado ao longo das últimas décadas. Os períodos de seca recentes têm sido os mais graves das últimas quatro décadas.

Em segundo lugar, a ocupação e usurpação de terras por parte de grandes criadores latifundiários. Esta usurpação tem vindo a acontecer nas últimas duas décadas após a guerra civil – desde 2002, sensivelmente. Um pouco mais de quatro dezenas de criadores de gado comerciais ocupam 2629 km² das áreas mais férteis, deixando apenas 1299 km² para as comunidades. Isto significa que dois



No município dos Gambos, no extremo sul da província da Huíla, no Sul de Angola, existe a Tunda dos Gambos e o Vale do Chimbolela.

Chimbolela é “o lugar onde existe comida em muita abundância”, “vale dos milagres”, “berço do gado”.

terços das terras férteis ficam ocupadas por estas fazendas comerciais, deixando apenas um terço para todas as comunidades pastoris de transumância. Para mais, o que sobra para as comunidades locais são geralmente solos menos férteis e aráveis, que obrigam a um esforço redobrado dos animais e das pessoas que precisam dos recursos naturais para viver. O gado, sem alimentação adequada, não tem força para lavar as terras e muito tem acabado por morrer. Para estas comunidades, as vacas são a fortuna. São o futuro. São tudo.

As nossas investigações no terreno indicam também que estas terras foram usurpadas de forma ilegal, desrespeitando as próprias leis nacionais e os padrões internacionais de direitos humanos. O processo deveria ter incluído consultas

comunitárias, avaliação do Impacto Ambiental e Social, e compensações justas para as comunidades. As evidências, apresentadas no nosso relatório, demonstraram que nenhuma destas três medidas aconteceu.

Mas essas terras públicas são fundamentais para o modo de vida das comunidades e famílias pastoris. Estas terras são conhecidas como “Chimbolela” – vale dos milagres, berço do gado, e é onde as comunidades pastoreiam o seu gado.

Ao perderem as pastagens, que é o seu modo de vida, o gado fica desnutrido, e por isso não produz leite. Para estas gentes, o leite é fundamental para a alimentação – fonte de proteína, de gordura. É também essencial para manutenção e sustentabilidade deste modo de vida – para criar vitelas e



Para uma vaca produzir leite, precisa de comer muita erva de qualidade, erva com boas vitaminas. O leite é para os bezerros, mas é também para nós, humanos. [...] As nossas crianças já não bebem leite suficiente – vejam, todas elas estão magras e têm grandes barrigas. As crianças por aqui costumavam ser gordas, reluzentes e saudáveis. Tinham peles bonitas e brilhantes. Agora, são magras e baças. É de partir o coração.“

bezerros – as crias que irão dar sustento às comunidades no futuro.

CRISE ALIMENTAR E A FUGA PELA SOBREVIVÊNCIA

Queijo, iogurte e carne são agora coisas do passado. Sem poderem ter acesso ao leite, as crianças e adultos têm de comer *lombi* – folhas de arbustos selvagens. São muito pouco nutritivas, e causam vômitos, diarreia e dores de barriga, se não forem misturadas com leite. A Amnistia Internacional recolheu relatos de problemas de saúde, como doenças de pele e sarna. Além disto, a escassez de água e as más condições de higiene são uma realidade.

Quando estivemos no terreno, foi fácil ver as consequências de tudo isto. As pessoas estão fracas e pálidas devido à fome constante. Vimos crianças



Este não é um termo ainda definido no direito internacional de direitos humanos, mas é notório que cada vez mais existem pessoas deslocadas no contexto de mudanças climáticas e desastres naturais, e foi assim utilizado precisamente para demonstrar a necessidade urgente de que os Estados, por um lado, protejam estas pessoas e, por outro, se comprometam efetivamente na mitigação das alterações climáticas.

O NOSSO TRABALHO

A Amnistia Internacional visitou comunidades pastoris tradicionais no município dos Gambos, província da Huíla, realizando investigação no terreno ao longo de 2018 e 2019.

Os investigadores viram e documentaram em primeira mão as dificuldades para produzir alimentos. O problema afetava desproporcionalmente as mulheres, pois têm a acrescida responsabilidade de cultivar a terra, de cuidar dos doentes e também das crianças. Também tinham de percorrer longas distâncias (cerca de 10km) para vender lenha para poderem comprar comida.

Ainda no final do ano de 2019 – em outubro, a assinalar o mês de luta contra a pobreza –, lançámos o relatório “O fim do paraíso do gado: como o desvio de terras para explorações pecuárias minou a segurança alimentar nos Gambos, Angola”, e foi realizado trabalho de divulgação ao nível nacional e internacional, encontros com as autoridades angolanas, encontros com as comunidades afetadas e trabalho de mobilização e consciencialização da sociedade civil.

A par com o relatório, lançámos uma petição dirigida às autoridades angolanas para a resolução do problema.

junto às casas, mas nenhuma corria ou gritava. Estavam magras e cansadas. Devido à desnutrição infantil crónica, os níveis de concentração nas salas de aula também caíram muito.

Por tudo isto, estas pessoas estão a viver uma enorme crise alimentar, sem qualquer assistência ou compensação do governo, o que já obrigou milhares de pessoas a fugir das suas casas e a procurar refúgio na vizinha Namíbia. Já em maio de 2021, ONG angolanas

no terreno relataram que mais de 7 mil angolanos, principalmente mulheres com crianças e jovens, haviam fugido para a Namíbia, e o número ainda está a aumentar.

Estas ONG referiram-se a quem fuge para a Namíbia como “refugiados climáticos”, para chamar a atenção para o facto de a seca e a falta de recursos no sul de Angola os obrigarem a migrar para o país vizinho como uma medida desesperada para sobreviver.

O QUE QUEREMOS?

O nosso trabalho junto destas comunidades tem, ao longo dos anos, sido focado em investigar o problema, apontando soluções e pedindo medidas concretas às autoridades, nomeadamente ao governo de Angola e à comunidade internacional. Estas pessoas e comunidades precisam de **ação urgente em quatro dimensões**:

- 1 Ajuda humanitária de emergência urgente.** Estas pessoas estão em situação grave, subnutridas e a morrer à fome, e precisam de ajuda urgente. É preciso que as autoridades angolanas providenciem estes alimentos e água para as populações. É também essencial que a comunidade internacional providencie assistência financeira e técnica, incluindo o apoio aos programas de apoio alimentar existentes, para que cheguem a quem se encontra em maior risco de fome.
- 2 Fim às expropriações e usurpações de terras.** As terras comunitárias que restam têm imperativamente que assim continuar. É ainda preciso que se crie uma comissão de inquérito para investigar como é que as terras comunitárias foram concedidas para a pecuária comercial.
- 3 Reparação para as comunidades,** autonomizando-as no seu sustento. Isto passa pela criação de poços e locais onde possam ter acesso à água e a criação de espaços irrigados para pastorícia. É necessária também a criação de centros médicos e escolas. Isto são infraestruturas que haviam sido prometidas a algumas populações pelos fazendeiros quando ocupavam as terras – promessas que nunca foram cumpridas.
- 4 Ação urgente e global ao nível das alterações climáticas.** É imprescindível que os governos e as lideranças mundiais compreendam já a urgência das medidas necessárias para travar ao máximo a ameaça climática ao nível global. Não estamos a falar de um futuro distante nem de um futuro próximo – estamos a falar do dia de hoje!



O QUE PODE FAZER

ASSINE A NOSSA PETIÇÃO E JUNTE O SEU NOME AO APELO DIRIGIDO AO PRESIDENTE DE ANGOLA, JOÃO LOURENÇO. TODAS AS ASSINATURAS SERÃO ENTREGUES PELA AMNISTIA INTERNACIONAL.



www.amnistia.pt/peticao/milhares-de-pessoas-em-risco-de-vida-no-sul-de-angola/

36.5 MILHÕES DE CRIANÇAS ESTÃO

EM FUGA À PROCURA DE UM REFÚGIO

AJUDE-AS COM 0.5% DO SEU IRS, DOE SEM CUSTOS!

A nossa campanha de IRS é dedicada a todas as crianças que são forçadas a sair dos seus países para fugir a conflitos, alterações climáticas, fome ou pobreza extrema e se encontram em marcha à procura de um refúgio.

As crianças normalmente desacompanhadas ou separadas de suas famílias enfrentam os **maiores perigos, como violência, exploração e tráfico**. O futuro de quase 37 milhões de crianças torna-se, a cada dia, mais incerto! Falamos de uma geração inteira que está a crescer sem proteção, acesso adequado a alimentos, água potável e serviços essenciais, como saúde e educação. **A sonhar com o refúgio de uma nova vida.**

JUNTE-SE A NÓS PELA PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS EM

MARCHA ESCREVENDO O NIF 501 223 738 NO SEU IRS

PORQUE DEVE CONSIGNAR 0.5% DO SEU IRS À AMNISTIA INTERNACIONAL?

- Com a sua ajuda, garante que a Amnistia Internacional continuará a proteger as crianças em marcha, em todo o mundo.
- Todas as crianças têm direito a um futuro feliz! O direito a fazer ouvir a sua voz.
- O direito a ter acesso a proteção, alimentação e cuidados de saúde.
- **O direito a ter uma educação!**

Para que todas as crianças em marcha, **fiquem a salvo, sejam ouvidas e tornem o sonho de um futuro feliz em realidade!**

Faça a diferença!

Saiba mais em:

www.amnistia.pt/irs-2023



COMO CONSIGNAR O SEU IRS À AMNISTIA INTERNACIONAL

DE 1 DE ABRIL A 30 DE JUNHO AO ENTREGAR A SUA DECLARAÇÃO DE IRS

SIGA OS **3 PASSOS** QUE FAZEM TODA A DIFERENÇA!

MODELO 3

QUADRO 11

CAMPO 1011

PASSO 1

Vá ao Portal das Finanças, Modelo 3 (Rosto) da sua declaração de IRS e procure o **Quadro 11 – Consignação de 0,5% do IRS.**

PASSO 2

Escolha o **campo 1101 Instituições Particulares de Solidariedade Social ou pessoas coletivas de utilidade pública.**

PASSO 3

Coloque o **NIF da Amnistia Internacional: 501 223 738** e **assinale a opção IRS.** Guarde ou entregue o seu IRS e já está. Pode ainda, se quiser, doar 15% do valor do IVA que lhe seria reembolsado. Muito obrigada!

Se o seu IRS for automático, encontra a consignação na área “Pré Liquidação”

NIF 501 223 738

Se necessitar de apoio no preenchimento do seu IRS, conte com a nossa ajuda. Envie, por favor, um e-mail para Ângela Ferreira João (a.ferreira@amnistia.pt)



**DEPARTAMENTO DE JUVENTUDE E
EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS**

© James Rodríguez for Amnesty International

Indivíduos em risco: pessoas como nós que precisam da nossa voz

“Abra o seu jornal num qualquer dia da semana e vai encontrar relatos de alguém, em alguma parte do mundo, que foi preso, torturado ou executado porque as suas opiniões ou a sua religião não são aceites pelo governo do seu país”. Começava assim o artigo de jornal que viria a marcar o nascimento da Amnistia Internacional, em 1961. O autor do artigo, o advogado inglês Peter Benenson, defendia que, se à indignação dos leitores se juntasse uma ação efetiva, conseguir-se-iam resultados concretos. É isso que nos esforçamos por fazer há mais de 60 anos com o trabalho sobre casos de indivíduos em risco.

Abordar questões estruturais de direitos humanos através de casos individuais é uma característica única do trabalho da Amnistia Internacional. Falando de pessoas comuns, com um nome, uma cara, uma história e uma família, conseguimos chamar a atenção para as violações e as injustiças cometidas em várias partes do mundo, contribuindo para a sua resolução. Sendo um movimento global baseado nas pessoas, contamos também com o contributo fundamental dos nossos grupos de ativismo para acompanhar estes casos e multiplicar o impacto da nossa ação. No passado, os grupos de ativistas, espalhados em vários pontos do país, trabalharam de forma

continuada os chamados “Dossier de Prisioneiro”. Durante meses, e por vezes anos, os grupos escreveram cartas às autoridades, organizaram vigílias, dinamizaram tertúlias para dar a conhecer o caso, trocaram correspondência com a própria pessoa e com a família, testemunharam os desenvolvimentos da sua situação.

Um exemplo deste trabalho é o do Grupo 19 de Sintra, que, ao longo de 35 anos, trabalhou dezenas de casos de indivíduos em risco e contribuiu para que fossem libertados. Algumas destas pessoas vieram visitar o grupo e a secção portuguesa, dando continuidade à relação criada.



Um exemplo deste trabalho é o do Grupo 19 de Sintra, que, ao longo de 35 anos, trabalhou dezenas de casos de indivíduos em risco e contribuiu para que fossem libertados.



Bernardo Caal Xol, caso da maratona de cartas de 2021, a receber os postais de solidariedade depois de ter sido libertado.



Se é na rua que os direitos são atropelados, é na rua que têm de ser defendidos.

COMPAIXÃO

Por muitos mais anos que passem, os membros Grupo 19 de Sintra não esquecerão os tempos que passaram a escrever para Vanunu, o técnico nuclear israelita condenado por ter denunciado o programa nuclear que Israel mantinha em segredo. De todos os indivíduos em risco, Vanunu terá sido o que mais sono tirou ao Grupo 19 durante os anos da década de 90. Não lhe tirámos um único dia dos 18 anos de prisão, 11 deles de solitária, mas trouxemos o seu caso para a luz do dia, que era o que os algozes menos queriam. Acompanhámo-lo, trocámos cartas com ele, metade delas riscadas pelos censores.

Já então tínhamos adotado Mohammed Nadrani, o poeta e cartoonista marroquino que Hassan II condenou a nove anos de prisão que, uma vez libertado, veio a Sintra agradecer aos nossos ativistas e levar o seu caso a várias escolas do concelho. Depois ainda a feminista guatemalteca ameaçada que ajudámos a proteger, os perseguidos e libertados da Guiné-Equatorial, ou ainda os “separatistas” angolanos das Lundas.

No Grupo 19, os casos individuais acabaram por unir os membros como

nenhuma outra ação. Foram, durante mais de uma década, o elemento aglutinador da estrutura. Andámos em campanhas, iluminámos com velas o Palácio da Vila, recebemos a mulher de Xanana Gusmão, marchámos com tochas em Alcobça, fomos desfilarmos à porta da embaixada da Indonésia em Madrid, mas nada, mesmo nada, nos mobilizou tanto como a compaixão com os nossos casos “adotados”, a nosso ver, a razão de ser da Amnistia Internacional.

Vivemos por esses anos um ativismo dinâmico, presente, vivo – ainda está na nossa memória o bom Luís a manifestar-se muitas vezes sozinho à porta da embaixada de Israel, em Lisboa – a cem metros, conforme a bula. De corpo inteiro, sob o olhar dos seguranças israelitas e de um carrinho da polícia, a bater à porta da missão para entregar papéis aos guardas – *Liberdade para Mordechai, já!*

Se é na rua que os direitos são atropelados, é na rua que têm de ser defendidos.

Fernando de Sousa
Coordenador do Grupo 19

PROTEGE A LIBERDADE

www.amnistia.pt/protege-a-liberdade/

No âmbito da campanha global Protege a Liberdade voltamos a lançar o desafio às nossas estruturas operacionais para escolher e acompanhar o caso de um indivíduo em risco, até à vitória. Os primeiros grupos já aderiram ao desafio e começaram a planear as suas ações de ativismo, para que seja feita justiça o mais rapidamente possível.

Membros, apoiantes e simpatizantes também têm um papel fundamental nesta frente do ativismo da Amnistia Internacional. Podem contribuir assinando os apelos na revista AGIR ou participando nas ações urgentes que recebem no e-mail. O trabalho sobre casos individuais resulta em mudanças concretas positivas na vida de milhares de pessoas.

A campanha Protege a Liberdade vem reforçar este trabalho sobre os indivíduos em risco, com especial atenção aos ativistas e aos defensores dos direitos humanos. Em vários países, estes manifestantes foram classificados como “agitadores”, “desordeiros” ou mesmo “terroristas”. As investigações levadas a cabo pela Amnistia Internacional demonstraram que as autoridades fizeram uso excessivo da força policial, utilizaram métodos de tortura, detenções arbitrárias e penas de prisão prolongadas para silenciar estes ativistas.

A Amnistia Internacional pretende desafiar os ataques contra os protestos pacíficos e apoiar as pessoas visadas, bem como os movimentos sociais que atuam por mudanças positivas na esfera dos direitos humanos.

Esta é uma campanha para proteger a nossa liberdade. A liberdade de dizer o que pensamos, de ocuparmos as ruas de forma pacífica, de nos manifestarmos, de sermos quem somos, de concordar e de discordar. A liberdade de agir!



BOAS NOTÍCIAS



© DR

Yasaman Aryani libertada

Em 2019, no Dia Internacional da Mulher, Yasaman Aryani e a sua mãe, Monireh Arabshahi, distribuíram flores brancas numa carruagem de metro em Teerão, exclusiva para mulheres, sem utilizarem o lenço islâmico, obrigatório no país. Yasaman publicou também um vídeo, que se tornou viral no próprio dia, onde falou da esperança num futuro em que todas as mulheres pudessem ter liberdade de escolher o que vestir. Foram condenadas a 16 anos de prisão em julho do mesmo ano, tendo saído em liberdade a 15 de fevereiro de 2023. Yasaman Aryani foi um dos casos da Maratona de Cartas em 2019, a maior campanha global de ativismo do mundo, tendo reunido, só em Portugal, mais de 50 mil assinaturas pela sua defesa e liberdade. Em Portugal, foram todas enviadas para a Embaixada do Irão em Lisboa.



© DR

Artista e ativista russa absolvida

Um tribunal russo confirmou a absolvição de Yulia Tsvetkova, uma feminista e ativista LGBT de Komsomolsk-na-Amure (Extremo Oriente russo). Yulia esteve em julgamento durante um ano e meio sob a acusação de “divulgação de material pornográfico” após a partilha de desenhos corporais positivos. Em Junho de 2022, uma procuradora solicitou que fosse condenada a mais de três anos de prisão. Yulia anunciou recentemente que deixou a Rússia e que está agora a salvo pela primeira vez desde 2019, quando começou a ser perseguida pelo seu ativismo.

Bernardo Gaal Xol recebe apoio em todo o Mundo

A secção Regional das Américas da Amnistia Internacional esteve em missão na Guatemala e entregou cerca de 30 mil cartas de solidariedade ao defensor dos direitos humanos Bernardo Gaal Xol, libertado da prisão em março de 2022, depois de ter sido apresentado na campanha Write for Rights de 2021.

© Amnesty International



Fiança concedida a 15 elementos do grupo “Nyatsime 16”

Dezasseis homens do Zimbabué - também conhecidos como os ‘Nyatsime 16’ -, que foram presos em junho de 2022 por protestarem contra o assassinato de uma ativista da oposição, durante o seu funeral. Godfrey Sithole recebeu fiança após ter passado mais de 149 dias na prisão em prisão preventiva. Também outros 14 membros do

“Nyatsime 16” receberam fiança concedida pelo Supremo Tribunal. Job Sikhala (deputado do principal partido da oposição e advogado, que foi detido um total de 67 vezes sob acusações de motivação política sem condenação) é o único que permanece na prisão. No início deste ano, foi-lhe negada a fiança pela décima quinta vez.



© DR

Jornalista do Iémen arbitrariamente detido foi libertado

As autoridades Huthi, do Iémen, libertaram o jornalista Younis Abdelsalam. O jovem, de 28 anos, foi arbitrariamente detido a 4 de agosto de 2021, no centro de detenção dos Serviços de Segurança e Informação, em Sana'a, sem acusação ou julgamento por se opor pacificamente às autoridades. Após a sua detenção, Younis foi forçado a desaparecer durante várias semanas, detido em regime de isolamento e incontactável, tendo-lhe sido negado o acesso a cuidados médicos e aconselhamento jurídico adequados. Numa mensagem à Amnistia Internacional, o irmão de Younis Abdelsalam agradeceu o movimento de campanha pela libertação do familiar.



Chile compromete-se a trabalhar na proteção de defensoras do direito de acesso à água

O procurador-geral do Chile recebeu cerca de quatro mil assinaturas da Amnistia Internacional que exigem a proteção de um grupo de mulheres no movimento Modatima, que luta pelo direito de acesso à água. A organização foi fundada em 2017 devido ao impacto específico que a crise da água teve sobre as mulheres do território de Petorca, região de Valparaíso, gerando um impacto negativo na sua vida e na das suas famílias. Quatro das mulheres da organização, Lorena Donaire, Carolina Vilches, Verónica Vilches e Marjorie Marcel participaram no encontro. O procurador-geral assumiu o compromisso de acompanhar o desenvolvimento das investigações dos casos em curso e rever as suas atuais medidas de proteção.

© DR

**PROTEGE
A LIBERDADE**

**RUSSIA: STOP
INDISCRIMINATE
ATTACKS
ON CIVILIAN AREAS**

**PELO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
E DE REUNIÃO PACÍFICA**

É TEMPO DE NOS FAZERMOS OUVIR E EXIGIR MUDANÇAS!



**AMNISTIA
INTERNACIONAL**



www.amnistia.pt/protege-a-liberdade

HELEN ROST MARTINS

Membro da Amnistia Internacional Portugal há 26 anos

Helen Rost Martins, membro da Amnistia Internacional Portugal desde 1997, reside no Faial e é apaixonada por Direitos Humanos. Festejamos a vida desta ativista e o seu 91º aniversário, em abril.

Parabéns Helen e obrigada por uma vida dedicada ao Ativismo!



Envolveu-se com a Amnistia Internacional Portugal em 1997.

O que a levou a integrar este movimento?

Sinto que sempre conheci a Amnistia Internacional. Já estava envolvida ativamente nos anos 60 quando vivia na Noruega e, depois, quando vim viver para Portugal, assim que pude, quis continuar a fazer parte deste importante movimento.

O que é que a motiva a manter-se envolvida ao fim de todos estes anos e qual tem sido a sua missão pessoal neste percurso?

É tão óbvio para mim, é terrível ver o que se passa no mundo. Pena de morte e tantas pessoas inocentes na prisão. Pessoas que não têm liberdade para falar.

Porque é que esta causa é importante para si?

Sinto que é uma obrigação ajudar as pessoas que precisam, sempre senti isso. É importante para mim, não sei o que mais dizer. Se eu puder fazer a minha pequena parte para ajudar, sinto-me melhor.

Na sua opinião, qual é a importância do trabalho da Amnistia Internacional?

É muito importante porque ajuda as pessoas a estarem conscientes do que se passa no mundo. É também muito importante para as vítimas, porque sentem que o mundo está a ver, que as pessoas se preocupam com elas e que querem ajudar.

Porque é que faz donativos e como se sente ao fazê-los?

É evidente que o trabalho da Amnistia Internacional envolve custos e, sendo uma ONG, é importante contribuir e apoiar os seus esforços. Sinto que é um dever ajudar. A AI é sempre a organização a quem todos os anos faço a minha doação de IRS.

O que é que diz a outras pessoas sobre a AI?

Partilho a revista AGIR com os meus colegas da Universidade dos Açores e trago-a para o nosso bar depois de a ler. Nas redes sociais sigo o trabalho da Amnistia Internacional da Noruega, do Reino Unido e de Portugal, e por vezes partilho informações na minha página. Uso um pin da Amnistia e tenho o vosso nome no meu carro.

O que espera que a organização alcance no futuro?

Que continue o bom trabalho de conseguir salvar pessoas da prisão e da pena de morte.

Que mensagem gostaria de partilhar com os nossos apoiantes e membros?

Temos de continuar a ser ativos, assinar as cartas e os postais e enviá-los para a AI, para esta enviar as mensagens aos líderes e responsáveis. Essas mensagens são muito importantes, mostram que não queremos ser cúmplices.

Se tivesse de escolher um slogan para a AI, qual seria?

Libertem as pessoas inocentes.

Se pudesse mudar alguma coisa no mundo, o que faria?

Acabar com a pena de morte!

Que mensagem gostaria de transmitir às gerações futuras?

Apoia a Amnistia Internacional para ajudar todas as pessoas que não têm a sorte que tu tens de viver num país livre.

9 MANEIRAS DE DOAR PARA A AMNISTIA INTERNACIONAL

1. ANIVERSÁRIO SOLIDÁRIO

Assinale o seu aniversário realizando uma angariação de fundos com os amigos e família

2. FAÇA UMA COMPRA NA NOSSA LOJA ONLINE

www.amnistia.pt/loja

3. HERANÇA

É possível incluir a Amnistia Internacional na sua herança e deixar um legado em direitos humanos

4. FAÇA UM DONATIVO EM NOME DE ALGUÉM QUE GOSTA

Fazemos-lhe chegar um kit presente, que simboliza o donativo oferecido

5. PROGRAMA DE DOAÇÕES

Desafie a sua empresa a entrar num Programa de Doações considerando a Amnistia Internacional na sua lista de destinatários.

6. DOADOR REGULAR

Ser doador regular, com um contributo mensal que nos permite garantir o nosso trabalho de ativismo

7. SOMOS O BRINDE IDEAL DE CASAMENTO

Ofereça direitos humanos aos seus convidados. Temos os brindes ideais!

8. REDES SOCIAIS

Crie uma angariação de fundos nas suas redes sociais, apelando ao donativo de todos os seus contactos

9. ORGANIZE UM EVENTO

Faça um pedido de donativo aos seus convidados

